

página 7

Todos os países estão a fazê-lo bilateralmente, e Portugal à cabeça. Antes do referendo, Portugal já tinha feito contactos através da embaixada e da secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. Varsóvia está a tentar posicionar-se como depositária da deslocação de empresas e serviços financeiros. Os países estão a tentar encontrar equilibradores regionais ao centralismo político europeu, comunitário, a antecipar aquilo que pode ser a continentalização da política europeia depois do Brexit, com especial incidência no eixo franco-alemão. E Portugal tem de fazer o mesmo porque há mais além daqueles eixos tradicionais como o Brasil e Angola, que são muito mais empolados do que na realidade valem. O nosso comércio externo com o Brasil vale 1%. Não há relação especial nenhuma com o Brasil, é um mito.

A UE alcançou um acordo unânime que é um primeiro passo para a Defesa comum europeia. A inexistência de um exército europeu é crítica para a afirmação da UE enquanto actor verdadeiramente global?

Isso é uma falsa questão. A Defesa comum já existe. Há quatro ou cinco vezes mais missões da UE do que missões da NATO. A Defesa europeia foi descapitalizada politicamente em função da ascensão do debate financeiro. Do debate institucional, à volta do Tratado de Lisboa e da fase dos referendos à Constituição.

E regressou à agenda porquê?

Porque a geopolítica retomou o seu centralismo na política internacional. E, como há ameaças que são ameaças de diferentes níveis, terrorista, ameaça russa, a monitorização dos mares e dos oceanos, e porque se percebe que só há força política com força militar credível. Não é preciso ter um exército como o da Coreia do Norte, é preciso é ter apetrechamento militar e que, quando se sentam à mesa, os países sejam identificados com força militar. Isso credibiliza. Falta conotar a UE com esse aspecto. Principalmente desde Maastricht, quando a UE optou por pilares de aprofundamento da integração muito assentes no plano económico-financeiro e institucional. É difícil que qualquer maior autonomia ou mais independência militar ou securitária da UE seja vista com credibilidade. Quando as guerras balcânicas eclodiram, percebemos que sem os EUA não há segurança europeia. E essa é uma premissa válida ainda hoje.

Depois dos sinais dados por Trump, Merkel disse que a Europa já não pode dar-se ao luxo de depender dos EUA.

A Europa está a fazer esse debate da capacitação militar. O investimento no sector de Defesa. É um debate que reco-

nhece que a política internacional não é uma política de frases bonitas, de poder normativo, de diplomacia, de bons princípios. É uma política suja, em que a China, a Rússia, a Índia, os EUA ou a Nigéria fazem política clássica de defesa crua dos seus interesses. Com mentira, com intrusão cibernética. No momento em que o maior contribuinte da segurança europeia está de saída, é preciso credibilizar os políticos europeus, a diplomacia e a política externa dos vários Estados e da Europa no seu conjunto.

Trump sinalizou, na Polónia, o compromisso americano com a cláusula de salvaguarda mútua da NATO. Esta mudança diminui a necessidade de a Europa avançar com o reforço da sua capacidade militar?

Não, porque não há nenhum debate que faça o raciocínio de mais UE na Segurança e na Defesa e menos NATO. São complementares. O diálogo institucional entre as duas instituições é desejável, como são desejáveis missões complementares, como teria sido bom que tivesse havido boas missões coordenadas da UE e da NATO no caso líbio. Precisamos de credibilizar a UE e, aqui, é evidente que o Brexit tem um contributo destrutivo. Macron tem uma proposta interessante, apostando na indústria de Defesa, aeronáutica, investigação tecnológica.

Foi também isso que foi aprovado no acordo.

Isso é muito importante.

O acordo passará também pela uniformização da indústria militar? A Rússia tem dois modelos de tanques de guerra, na UE existem mais de 20.

Isso é muito interessante se o fornecedor dos vários exércitos for o mesmo. Mas cada país tem diversos fornecedores para várias coisas. O mercado da Defesa é isso, um mercado de concorrência que vale bilhões de dólares. França e Alemanha estão no “top” 5.

É possível conciliar as duas coisas?

Não sei. É um caminho desejável desde que não seja antagónico da NATO. Nenhum país do Báltico, do Leste ou da Escandinávia está na disposição de entrar num barco exclusivo da UE contra a NATO. Esse é um debate a que não se deve regressar. A centralidade do eixo franco-alemão na Zona Euro e na Defesa e Segurança é positivo porque também transforma o debate interno alemão e normaliza a Alemanha. É preciso normalizar a Alemanha no papel de estabilizador, mas isso vai demorar muito tempo. Há uma desigualdade entre França e a Alemanha, e Macron sabe isso. Portanto, quanto mais batalhar

na questão da Defesa nas cimeiras bilaterais com Merkel, mais ascendente tem. Até porque sabe que, neste momento, com o Brexit, é ele quem lidera a defesa europeia. Nesta triangulação com Trump e Merkel, Macron faz um jogo muitíssimo interessante e em que sai beneficiado.

Escreveu no DN que não deve falar-se em administração, mas em regime Trump. Perante tantos factos contraditórios, quais são os objectivos reais desse regime?

Como analista, devo dizer que estou fascinado com esta administração. Porque todos os dias uma coisa e o seu contrário são possíveis. Do ponto de vista da interpretação, é único. Claro que estou altamente preocupado. O amadorismo revelado pela Casa Branca em tantas matérias não era comum. A delapidação da palavra. A liturgia política nos EUA é uma coisa sagrada, a qualidade, discursiva. Hoje estamos a um nível de jardim-escola. Mas acredito que é algo mais conjuntural do que estrutural. Muitos líderes internacionais podem estar a ler a situação nessa perspectiva: “Temos de lidar com o Presidente dos EUA, seja ele quem for.” Os ciclos eleitorais são conhecidos e ninguém nos diz que esta seja uma administração de longa duração, que a dimensão ideológica desta realidade norte-americana seja uma coisa para as próximas décadas. Já perceberam que o multilateralismo, os grandes fóruns internacionais, são altamente desvalorizados pela administração, é a política bilateral que interessa.

Ainda agora Trump criticava na Polónia a burocracia da UE.

Disse que era uma ameaça às nações.

Um recado claro para Bruxelas. Por outro lado, elogiava o nacionalismo agressivo polaco. Já tinha elogiado o Brexit. Trump tem como objectivo desfazer a UE?

Não há um objectivo estratégico de desfazer. Ele opõe-se à coesão.

É só retórica?

Nas suas primeiras declarações em relação ao Brexit, disse que era uma coisa extraordinária. Trump não é um agregador dos países da UE, e a senhora Merkel percebeu isso. Aposta em dividir para reinar. Numa lógica de negociante. Todo o círculo próximo dele é um círculo doutrinado nessa lógica. Foi para isso que ele foi eleito. O grosso do eleitorado do senhor Trump está a borrifar-se para o G 20, para a NATO, para as Nações Unidas, para qualquer fórum multilateral.

Olhando para as notícias, é crescente a convicção generalizada de que houve conluio entre a campanha de Trump e a Rússia para prejudicar Hillary Clinton. Não



O nosso comércio externo com o Brasil vale 1%. Não há relação especial com o Brasil, é um mito.

são argumentos que podem determinar uma destituição?

Sensações não são factos jurídicos. E os “impeachments”, só através de factos jurídicos comprovados, e aprovados pelas duas câmaras do Congresso. E estas duas câmaras não dão sinais de desagregação no apoio ao Presidente.

Há senadores que se opõem às políticas de Trump, como se vê em relação à pretendida lei para repelir e substituir o Obamacare.

Mas a destituição exige uma maioria de dois terços no Senado. Há eleições para o ano e um terço do Senado vai a eleições. A maioria pode eventualmente mudar, mas acho que na Câmara dos Representantes não vai mudar. A não ser que a situação, que agora é grave, que as provas, os factos e as investigações concluam, no espaço de dois a três anos, que os factos foram de traição, de mentira em comissão de inquérito, de perjúrio. A História americana teve dois processos de “impeachment”, só que não passaram. Estamos num momento excepcional de bizarraria política, mas não uma bizarraria ideológica ou sociológica. São 60 e tal milhões de eleitores.

Essa bizarraria não terá efeitos concretos no curto, médio prazo?